

# A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90: O NEOLIBERALISMO E O DESENVOLVIMENTO

SAMUEL COSTA FILHO\*

O novo cenário internacional dos anos 90 - Globalização, Reestruturação Produtiva, Supremacia Liberal, Plano Real, etc. - impregnou a sociedade brasileira e provocou uma inserção subordinada da nossa economia no contexto internacional. Acreditou-se na difusão e benefícios do progresso técnico decorrentes do mercado global e da nova ordem internacional em formação. Por esse motivo, a participação ativa do Estado nas atividades econômicas não é mais exigida. Nos últimos anos assiste-se a uma política de privatização, desregulamentação e abertura comercial. O desenvolvimento nacional e/ou regional ficou subordinado apenas as leis de mercado e/ou a pequenas ações dos governos estaduais e municipais, tipo "Guerra Fiscal".

Após mais ou menos quatro décadas de atuação deliberada do Estado na promoção do desenvolvimento, encontramos o Estado privatizado e desestruturado. Dessa forma, uma "divindade suprema" chamada mercado passou a gerir os destinos de nossa sociedade. A esperança e certeza dos neoliberais é de que suas leis de mercado sejam solução para os nossos atuais problemas econômicos e sociais, e o instrumento que nos levará para o denominado "primeiro mundo".

A busca do desenvolvimento pela via liberal está apoiada nos economistas da Escola do Laissez-faire, que pretendem abolir o problema moral demonstrando que a busca do auto-interesse por cada indivíduo resultará em benefício de todos. Acontece que mercado livre e sem interferência do Estado jamais promoveu tal empreitada, não existindo comprovação na história das nações capitalistas desenvolvidas da atualidade.

Além do mais, os benefícios da globalização com a integração

regional e mundial necessitam ser melhor qualificadas. Os países desenvolvidos são quem determinam o ritmo da competição internacional. Esses países trabalham na fronteira tecnológica, possuindo capacidade para criar inovações que reduzem custos e introduzem novos produtos. Por esses motivos, a formação de grandes blocos irá beneficiar as principais nações (Estados Unidos da América na América Latina, Alemanha na Europa e Japão no Oriente) com a formação desse novo modelo de desenvolvimento.

É ilusão acreditar na difusão do desenvolvimento como prega o neoliberalismo. Devemos esperar a perda da autonomia de políticas econômicas e social quando o Brasil passar a fazer parte de um grande bloco. E, o efeito nefasto das enormes desigualdades sociais e regionais do país, certamente poderá criar sérios obstáculos a unidade nacional. O exemplo da política do tipo da "Guerra Fiscal" parece caminhar nessa linha.

Por essa via, o que realmente está ocorrendo nos dias atuais é que talvez pela primeira vez na história da república, fecharemos uma década com queda absoluta do PIB em relação à anterior. Na "Década Perdida", entre 1981 e 1989, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. No período de 1990 a 1999, a taxa média anual de crescimento será menor.

A atitude liberal do governo brasileiro e o erro das elites nacionais deixaram órfão a nação. A "política brasileira de reforma do Estado é ato de desistência. Desistimos de construir o país" (Sayad, 1999). Desistimos de construir o país e esperamos que alguma coisa ou alguém o construa - o mercado, empresas privadas com e sem competência, as próximas gerações, ou quem?

Discordando da via liberal para o nosso desenvolvimento, o presente artigo salienta a importância e necessidade de um "projeto de desenvolvimento" para nosso país e a região Nordeste. A idéia e ação deliberada visando o desenvolvimento do Brasil e da região em particular, necessita ser resgatada. Os problemas econômicos e as questões sociais são por demais graves para que deixemos o receituário liberal encontrar a solução adequada para a nação.

A "globalização" não impede a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento alternativo. A viabilidade de um projeto que tente solucionar os problemas estruturais, os desequilíbrios regionais, as sequelas econômicas e a deterioração do quadro social brasileiro é eminentemente política. Enquanto permaneceremos assentado em um modelo que depende do apoio do capital externo, na imitação do padrão de vida e de consumo dos bens de países adiantados, nos manteremos numa via de exclusão social e regional.

Talvez, durante muito tempo o desejo de transformação social há de continuar esbarrando em obstáculos quase intransponíveis. Presenciamos os meios de comunicação de massa e jornalistas cada vez mais dóceis e uma informação cada vez mais medíocre. A imprensa como empresa capitalista tem objetivado somente o lucro, se distanciando cada vez mais do seu papel social.

Atualmente se faz necessário alerta para a gravidade do problema social da nação. Desse modo, "a tarefa da geração atualmente em revolta é reafirmar a autoridade da moralidade sobre a tecnologia; a missão dos cientistas sociais é auxiliá-la a ver quão necessária e difícil

# OS 90 - GLOBALIZAÇÃO, O PROJETO VOLVIMENTO NACIONAL

*essa tarefa vai ser*" (Joan Robison). Sem esquecer das dificuldades atualmente existentes para elaboração de uma política de desenvolvimento, acrescentamos que é interessante e necessário a mudança urgente no enfoque que o governo do Brasil tem da realidade nacional e regional. Principalmente a maneira como sempre desqualificou as críticas a sua atuação e a arrogância com que trata quem discorda da sua linha liberal. Diante da gravidade desse erro, devemos partir para construção de um novo modelo de desenvolvimento. Neste projeto se faz necessário tentar eliminar a miséria e pobreza urbana e rural, realizar políticas sociais e recuperar o Estado.

Diferente do que afirmam os ideólogos da globalização, a crise que assola a civilização capitalista industrial no momento atual é de natureza extremamente instável. Vivendo tanto das quedas como de expansões, não consegue assegurar o pleno emprego da força de trabalho e nem a utilização de toda capacidade produtiva. Flutua ao longo do tempo e provoca desequilíbrios. O Estado ao procurar solucionar esses problemas do capitalismo com a questão da dívida pública sancionando a riqueza produtiva e financeira, transforma a meta do orçamento equilibrado, hoje em dia, uma mera obra de ficção em consequência dos enormes custos financeiros.

As evidências históricas trabalham em favor de uma política de desenvolvimento nacional e regional, independente e alternativa ao processo liberal de abertura comercial e integração produtiva passiva. Após mais de uma década de política de ajuste e reestruturação, já se permitem algumas evidências, como o sucesso

menor dos países que aplicaram políticas ultraliberais de ajuste e desregulamentação. Além do que, a descrença no modelo de desenvolvimento em vigor, segundo a qual, somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância, torna necessário a busca de uma nova concepção de desenvolvimento.

*Desistimos  
de construir o país e  
esperamos que alguma  
coisa ou alguém o  
construa - o mercado,  
empresas privadas com e  
sem competência, as  
próximas gerações,  
ou quem?*

Diferente dos liberais, para quem não se deve intervir na economia em virtude do risco de reduzir sua eficiência, somos favoráveis ao ponto de vista de que a política econômica deve e tem de servir para possibilitar o bem-estar dos indivíduos. O homem, diferente dos animais que aceita o meio e as estruturas do jeito que estas são (somente adaptando-se a ela), modifica, cria e inova as estruturas.

Todavia, é absolutamente inacreditável a ignorância que parcela significativa de segmentos pertencentes à chamada elite demonstra da história e da realidade brasileira. Problemas como o elevado desemprego, violência, marginalidade, pobreza moral e material das massas, o desequilíbrio da riqueza, o uso irracional de recursos não renováveis nas diferentes regiões do país, são problemas prementes que aguardam solução.

A saída é o desenvolvimento nacional. Porém, uma política diferente da anteriormente implementada. Observamos que após toda a fase de crescimento acelerado e modificações por que passou o nosso país, nos encontra-

mos diante de um quadro que revela: a opulência de uma minoria aliado a um processo de crescente favelização, persistente falta de moradia e emprego, ausência de saneamento básico na maioria das cidades, precariedade da assistência médica e da educação, crescimento brutal da marginalidade e da violência urbana, etc.

Revela-se facilmente que a cópia do estilo de vida e das políticas econômicas e culturais, manteve o quadro de "apartheid social" próprio de nossa realidade. Um dos traços característicos do desenvolvimento da sociedade brasileira é manter intacto ou talvez agravar a exclusão social. O motivo que possibilitou aos brasileiros conviverem com essas gritantes injustiças sociais foi o intenso dinamismo econômico no passado recente. Com isso, somente uma estratégia de desenvolvimento apoiada em ação deliberada do Estado tem condições de modificar esse mecanismo perverso que faz parte integrante de uma sociedade capitalista periférica. Perante esta sociedade, a atuação livre dos mecanismos de mercado irá provocar a reprodução e tendência de agravamento dessa situação.

Estimativas divulgadas recentemente pelo presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Sérgio Bresserman, demonstram que se o país crescer a uma taxa de 4,5% a.a. (valor acordado pelo governo brasileiro com o FMI), diante da atual taxa de crescimento da população em torno de 1,4% a.a., o Brasil levará ainda 30 anos para atingir a renda per capita encontrada nos países mais pobres da Europa (Portugal e Espanha). Caso o país repetir a trajetória dos últimos 20 anos, em que a renda per capita do país só cresceu 0,5% ao ano, o país

só dobrará a renda per capita em 140 anos.

Tem-se claro que o desenvolvimento com transformações econômica, social, política e conseqüente crescimento do padrão de vida da população não ocorreu no nosso país. Este ficou restrito em determinadas regiões e para certos grupos da população, confirmando o que afirmava Celso Furtado a respeito da cópia do estilo de vida criado pelo capitalismo industrial que sempre será privilégio de uma minoria.

A crítica conservadora para com os partidários e defensores da justiça social, segundo a qual os países devem preocupar-se com o crescimento e o desenvolvimento, ou seja com a criação de riquezas e não com sua distribuição, pois essa repartição, no final das contas, representa "distribuir a miséria", não é verdadeira. A muito tempo Richard Tawney liquidou essa espécie de argumento ao dizer que não se busca a iguldade dividindo em fragmentos as grandes rendas, mas assegurando que uma proporção crescente da riqueza que elas presentemente absorvem seja dedicada a propósitos de benefício coletivo.

Pelo exposto, é nosso dever buscar nosso e novos caminhos. Finalizo, fazendo minhas as palavras de Conceição Tavares (1999): ***"Pela primeira vez na história do capitalismo brasileiro, o país se encontra num impasse, sem trajetória de crescimento de longo prazo previsível, nem "para fora" nem "para dentro", compatíveis com o tamanho do "encilhamento" financeiro em que nos meteu a nossa tecnocracia governante - uma elite cosmopolita "apequenada" movida por seus mesquinhos interesses e vaidades e contaminada por uma arrogância e irresponsabilidade política sem precedentes na história do país"*** •

\* Samuel Costa Filho é professor de Economia /UFPI, Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP.

## PRODUTIVIDADE DO TRAB

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA \*

As primeiras contribuições mencionadas pela literatura sobre a formulação de estimativa e análise da produtividade remontam ao final do século dezenove<sup>(1)</sup>. Esses estudos consistiam em tentativas ocasionais e não sistemáticas de estimar a produtividade segundo a relação produto por hora de trabalho. A preocupação central desses trabalhos pioneiros relacionava-se às causas e efeitos da queda na atividade industrial. Menciona-se já nessa época as repercussões da tecnologia sobre o desemprego temporário da força de trabalho. Por outro, dá-se um destaque, também, aos efeitos permanentes e aos benefícios proporcionados pelas máquinas incorporadas à atividade industrial<sup>(2)</sup>. Posteriormente, por volta dos anos 20, foram realizadas várias estimativas da produtividade do trabalho para as indústrias americanas.

Na década de 30, sob a influência da Grande Depressão, observa-se a intensificação na produção de estimativas e análises da produtividade. Diversos estudos foram empreendidos para diferentes ramos industriais americanos e, também, embora ocasionalmente, para o conjunto de sua economia. Nessa fase, já se observa a consolidação do conceito de produtividade do trabalho, segundo a abordagem da produtividade parcial.

A partir da primeira conferência sobre produtividade, realizada no ano de 1946, em Washington, começa então a surgir um esforço de sistematização que passa a tomar forma de uma teoria da produtividade. A preocupação central emanada da citada conferência voltava-se para os aspectos da relevância da produtividade para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Enfatizava-se, então, que o crescimento da produtividade constituía a forma pela qual os países poderiam emergir dos níveis de pobreza vigentes para uma posição rela-

tivamente mais confortável sob o ponto de vista material. Através da melhoria da produtividade poder-se-ia manter ao longo do tempo o contínuo crescimento do produto per capita, mesmo que a incorporação de quantidades adicionais dos fatores de produção às atividades produtivas ocorresse num ritmo mais lento que o crescimento da produção.

Desde então, outros aspectos relacionados ao estudo da produtividade têm sido objeto da atenção das diferentes economias em todo o mundo. Merece destaque dentre eles: a redução da taxa média de crescimento da produtividade a partir da metade dos anos 60, associado à aceleração da inflação e a uma diminuição no ritmo de crescimento dos salários e da renda per capita, além da constatação de que ocorria perda de competitividade internacional dos produtos de alguns países desenvolvidos, notadamente dos Estados Unidos.

O longo período de desenvolvimento econômico, tendo iniciado após a Segunda Guerra Mundial e perdurado até meados da década de 70, estimulou decisivamente o interesse nos conceitos, medição e análise da produtividade. Em relação a este último aspecto, o objeto dos estudos não se limitava apenas aos fatores causais e quanto aos seus determinantes, mas abrangia também as interpretações de suas flutuações, tanto cíclicas quanto seculares, custos e preços nas economias desenvolvidas.

Sobre o conceito de produtividade total dos fatores (PTF), a primeira tentativa empírica de sua medição é atribuída a Jan Tinberg, tendo ocorrido em 1942, num artigo em que foram feitas estimativas para quatro países relativamente a um período de quarenta e quatro anos.